



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

## (DES)CONSTRUÇÕES ACERCA DO IMAGINÁRIO DE UMA LÍNGUA HOMOGÊNEA: CONSEQUÊNCIAS E DISCURSIVIZAÇÕES DE UM MITO

Éderson Luís da Silveira

FURG/RS<sup>1</sup>

**RESUMO:** A língua é um objeto de estudo interessante. Seja por causa de sua organicidade enquanto objeto mutável e fluído, que se transforma (se modificando de acordo com as necessidades dos usuários), seja por sua heterogeneidade, que revela um interior repleto de variações. Contrariando a existência deste organismo, ocorre em nossa sociedade a reprodução de discursos que podam-lhe a essência e a transformam em um objeto concreto, mensurável, reduzido e engaiolado por normas e restrições que acabam por amarrar um ideal de língua “superior”, ora ligado à fala urbana culta dos grandes centros, ora espelhando-se na escrita, onde as mudanças não ocorrem de modo tão significativo quanto em relação à língua falada. Então, quando ocorre a escolha de uma língua que deve ser ensinada (a língua “correta”), isso não ocorre sem consequências. A partir uma discussão fundamentada nos estudos discursivos de Michel Pêcheux, Bakhtin e Althusser e nos estudos sociológicos de Pierre Bourdieu, procuraremos discutir o fenômeno de manutenção do(s) discurso(s) que (re)produzem o imaginário de língua homogênea e o que isso acarreta.

**PALAVRAS-CHAVE:** Língua homogênea; Estudos discursivos; Sociologia

**RESUMEN:** La lengua es un objeto del estudio interesante. Debido a su organicidad mientras que objeto, de que si transforma (si se modifica de acuerdo con las necesidades de los usuarios), cualquiera para su heterogeneidad, ese repleto de variaciones divulga a un interior. Oponiendo la existencia de este organismo, la reproducción de los discursos ocurre en nuestra sociedad que la ajustan a ella esencia y la transforman en un objeto concreto, mensurable, reducido y engaiolado para las normas y las restricciones que acaban para amarrar un ideal de la lengua “superior”, no obstante encendido a él dice urbano cultivado de los grandes centros, no obstante el espelhando sí mismo en la escritura, donde los cambios no ocurren de manera tan significativa cuánto en lo referente a la lengua dicha. Entonces, cuando ocurre la opción de una lengua que se deba enseñar (“” la lengua correcta), esto no ocurre sin consecuencias. Basada en los estudios discursivos de Michel Pêcheux, Bakhtin y Althusser y en los estudios sociológicos de Pierre Bourdieu, buscaremos para discutir el fenómeno del mantenimiento (s) del discurso (s) que (re)producen el imaginario de la lengua homogénea y lo que causa éste.

**PALABRAS-CLAVE:** Lengua homogénea; Estudios del Discurso; Sociología

---

<sup>1</sup> graduando em Letras Português pela Universidade Federal do Rio Grande- FURG, membro do Grupo de Estudos em Análise do Discurso (GEAD/FURG). E-mail: [ediliteratus@gmail.com](mailto:ediliteratus@gmail.com)



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

## INTRODUÇÃO

A linguística aplicada (LA) está buscando atualmente se adaptar às mudanças do mundo global. Ela dá passos na direção de tornar-se uma ciência autônoma, sem deixar de imbuir-se de outros e novos paradigmas. Desse modo, traz em seu veio o firme propósito de avaliar, por meio da linguagem todos os tipos de relações tecidas pelos seres humanos, como as relações de ensino-aprendizagem, de amizade, de poder, de namoro, de compra e venda, de gênero, de crenças, enfim, das múltiplas relações que nós, seres humanos estabelecemos de acordo com os propósitos sociodiscursivos.

Este trabalho propõe um diálogo entre a sociologia (a partir do conceito de violência simbólica de Bourdieu) e os pressupostos teóricos de Michel Pêcheux e Althusser para analisar o fenômeno da perpetuação do imaginário de uma língua homogênea, imaginário este que não considera a heteroglossia (Zandways, 2012), característica de uma língua que se transforma para atender as demandas das necessidades dos usuários dela.

Podemos ressaltar que o uso da língua tem por característica se adaptar às necessidades dos falantes de acordo com as diferentes instâncias em que ele estiver/for se inserindo no universo das práticas de linguagem do cotidiano. Por causa disso, ela é maleável e não estática, porque sempre em movimento contínuo por causa das adaptações e transformações de que se vale para se atualizar constantemente, para servir aos propósitos dos usuários que a utilizam. Desse modo, ela se torna materialidade que serve, de acordo com Bakhtin/Volochinov (2006) de base concreta à ação estruturante da própria condição de simbolizar.

Então, para (buscar) entender o funcionamento dessa língua, enquanto objeto de análise, é preciso atentar para a heteroglossia adjacente. Sobre a heteroglossia, diz Zandways (2012):

É preciso, pois, considerar, com base nas reflexões de Bakhtin/Volochinov, que o real da língua implica mudanças: de um registro para outro, de tonalidades subjetivas, de acentos ideológicos e de funcionamentos enunciativos que atendam às necessidades sociais e éticas dos sujeitos, de tal modo que as realidades tanto ideológicas como estéticas de uma língua somente podem ser compreendidas com relação ao seu funcionamento heteroglóssico (Zandwais, 2012, p. 189).



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

Para a autora, ao considerar (e agir para a manutenção de) um imaginário de uma língua homogênea, o Estado sacraliza um registro em detrimento de outros. A questão da língua padrão vai, portanto, além da simples “escolha” da língua oficial, a ser ensinada nas escolas. Remete a padrões de exclusão em relação àqueles que a veem como diferente da sua língua (e todos falamos português) e até como estrangeira em relação àquela que se habituaram a usar no cotidiano e em suas necessidades sociocomunicativas.

Para o estudante, a confusão se torna agravante. A língua que ele estuda e a língua que ele fala estão longe de estabelecer vínculos reais com sua relação prática refletida em sua experiência enquanto usuário da língua. Essa língua (estéril às necessidades sociocomunicativas), enquanto objeto de análise na escola, a partir das gramáticas normativas e atestada pela fala do professor, é a que vai ser ensinada e (des)aprendida.

As aulas de Língua Portuguesa, em grande parte das escolas brasileiras estão, ainda hoje, voltadas para o ensino de gramática. É certo que aqui não devem ocorrer generalizações, e haverá por este país escolas em que os professores do vernáculo se dediquem a aprendizagens significativas baseadas nos avanços das teorias do texto e do discurso, que modificaram a partir de suas visões o modo de perceber a materialidade dos textos, por exemplo, em relação às funções sociocomunicativas e de intenções reais de execução no universo das práticas de linguagem. Porém, aqui não cabem essas contribuições. O que aqui procuraremos refletir é sobre as causas da manutenção do imaginário de língua homogênea e quais são as consequências disso.

## **A SOCIOLOGIA E OS ESTUDOS DISCURSIVOS: REFLEXÕES ACERCA DE UMA HIERARQUIA MASCARADA**

Bourdieu (1983) afirma que um dos objetos mais importantes da sociologia do conhecimento seria a hierarquia dos objetos de pesquisa: é através da estipulação de uma hierarquia que ocorrem as censuras sociais. Em um texto específico (idem), ele estabelece comparações entre a alta costura e a alta cultura. Algumas constatações deste autor se tornam pertinentes para nossa reflexão.

Ele afirma, por exemplo, que no campo da alta costura, os dominantes são aqueles que detêm em maior grau o poder de constituir objetos raros pelo procedimento de “griffe”;



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

aqueles cuja “grife” tem o maior preço. Outra afirmação pertinente é a de que a dificuldade particular da sociologia advém do fato de que ela ensina “coisas que de certa maneira todo mundo sabe, mas que não quer saber e que não se pode saber por que a lei do sistema é ocultá-las (Bourdieu, 1983, p. 3).” Acerca destas questões, vamos realizar o percurso teórico a partir de algumas noções dos estudos discursivos para então retomarmos as considerações de Bourdieu.

Na perspectiva discursiva, a língua é a mediação necessária entre o homem e a realidade que o cerca (Orlandi, 1999). Seu funcionamento, no processo de produção dos sentidos, ocorre em sua relação com a história e a ideologia. O próprio Pêcheux fez alusões ao trabalho de Althusser, como podemos observar em trechos como “Já aludi várias vezes ao trabalho de Althusser (...)” (Pêcheux, 1996, p. 146).

Althusser complementa a teoria marxista, na medida em que defende a existência não apenas de aparelhos repressivos de Estado, mas de Aparelhos Ideológicos de Estado:

(...) o exército, a polícia, os tribunais, os presídios, etc., que constituem o que doravante denominaremos Aparelho Repressivo de Estado. O “repressivo” sugere que o Aparelho de Estado m questão “funciona pela violência”. (...) Daremos o nome de Aparelhos Ideológicos de Estado a um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. (...); o AIE religioso (...); o AIE escolar (...) (Althusser, 1996 p.114)

É a partir da retomada do conceito de AIE que Pêcheux utiliza para fixar o lugar da ideologia na construção de sua teoria do discurso. Para Pêcheux, o AIE não é a expressão da ideologia dominante burguesa, mas o local e o meio para a realização dessa dominação (Pêcheux, 1996). Assim, a escola, a igreja, etc., propagam os discursos de dominação a fim de mascarar a realidade e dar continuidade à reprodução das condições de produção (Althusser, 1996).

Para os estudos discursivos, é impossível desconsiderar o ideológico e o histórico nos estudos do discurso. O indivíduo está sempre inserido em uma ideologia. Assim, se a ideologia faz dos indivíduos sujeitos, o indivíduo é sempre sujeito dentro da formação social em que está inserido. Para Pêcheux (1996), assim como para Bakhtin (2006), a ideologia deve ser tratada na materialidade, nos atos concretos de linguagem, na luta de classes e na interação social.



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

As imagens construídas histórica e ideologicamente sobre o imaginário de língua e linguagem remetem a estruturas, códigos, sistemas abstratos que não possuem relação alguma com a exterioridade, já que não se prestam às necessidades dos usuários, como já mencionamos. Tais imagens, por acaso, não englobam a polissemia nem o fenômeno de incompletude da linguagem.

Nesse sentido, torna-se importante perceber as relações histórico-ideológicas que determinam e constituem o imaginário da língua culta, evidenciando sua não transparência. Desta forma, devemos analisar o discurso constituinte, descrevendo as relações nele estabelecidas. A partir daí, teremos pistas para a compreensão de seu funcionamento discursivo: as seleções feitas e os apagamentos e imposições que constituem o ensino de língua portuguesa. Essas seleções são tomadas de posições ideológicas feitas com base num determinado contexto sócio-histórico. Bourdieu falou em hierarquia. Althusser vai falar em luta de classes e na noção de aparelhos ideológicos.

Althusser disse que a luta de classes é o motor da história e nada pode ser analisado sem que levemos em consideração este fenômeno. Para Bourdieu (1983, p.5), “a luta permanente no interior do campo é o motor do campo”. Para o sociólogo, aquilo que define a estrutura do campo é o que caracteriza sua dinâmica, como podemos constatar a seguir:

Os que lutam pela dominação fazem com que o campo se transforme, se reestruture constantemente. A oposição entre a direita e a esquerda, entre a retaguarda e a vanguarda, o consagrado e o herético, a ortodoxia e a heterodoxia, muda constantemente de conteúdo substancial mas permanece estruturalmente idêntica. (Bourdieu, idem, p. 5)

Um pouco mais além, Bourdieu vai considerar as ações da “grife”, dizendo que ela é a marca que não muda a natureza material, mas a natureza social do objeto. Essa marca é um nome próprio, ou seja, não muda em sua essência. Apenas se transforma a partir das reafirmações e contextos sociais em que se insere. Assim, temos a mesma ideologia de um imaginário de língua “ideal” sendo propagado através de vários discursos que (re)afirmam sua manutenção. Seja apresentada pelos gramáticos normativos como a língua “correta” a ser aprendida, seja pelos professores que condenam o falar “errado” de alguns, quando há



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

desacordo com a língua culta, esta se vai reafirmando para assegurar a dominância daqueles que se beneficiam deste imaginário de língua.

O conceito de distinção para Bourdieu corresponde a uma estratégia de diferenciação que está no âmago da vida social. É uma propriedade relacional “que marca um desvio, uma diferença com relação a outrem que funda uma hierarquia entre indivíduos e grupos – é o suporte de estratégias inscritas nas práticas sociais.” (Bourdieu, 2012, p. 35). Este conceito é importante para analisarmos o poder da violência simbólica, enquanto meio de assegurar a manutenção dos estados de dominação. Esse tipo de violência se refere à inculcação da legitimidade dos dominantes sobre os dominados, que assegura a permanência da dominação e a reprodução social dela.

Desse modo, a transmissão da cultura escolar, que veicula as normas das classes dominantes, é uma violência simbólica exercida sobre as classes populares. O que significa que é preciso jogar de forma contínua: os que iludem são iludidos e iludem muito melhor quanto mais iludidos forem. Assim, quanto mais pessoas acreditarem no imaginário de língua culta enquanto norma padrão em sua unicidade e hierarquia em relação às variantes, mais elas agirão para manutenção do sistema que exclui os falantes da consciência da heteroglossia imanente da língua que corre solta pelas ruas.

Para quem está dentro, seja produtor ou consumidor das ideologias propagadas, é o sistema que serve como pano de fundo. Sacraliza-se um determinado tipo de registro em detrimento a outros e a escola

adapta-se às condições de normatividade que devem reger um imaginário de língua, sem que se façam as apreciações necessárias em torno da heterogeneidade desta, de seu funcionamento real e da heteroglossia dos falantes que podem ser mais ou menos excluídos de acordo com o modo como são linguisticamente aparelhados. (Zandwais, 2012)

Para que a língua “deixe de ser” concreta, por refletir um imaginário ideal, que não reflete as situações de sociocomunicação, é preciso que seja percebida como um todo orgânico, que se modifica de acordo com suas situações de uso, a partir das necessidades dos usuários.

A legitimação da língua culta no Brasil foi estabelecida a partir de relações de poder que ajudaram a legitimar determinadas formulações que ajudassem na manutenção do



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

sistema. Dessa forma, tem papel especial neste âmbito as instituições Escola (representada pelos espaços da sala de aula, dos currículos, livros, didáticos ou não, etc.) e Imprensa. Aqui cabe destacar a relação que o ensino de língua portuguesa tem com os dicionários e gramáticas normativas, sendo estes instrumentos que legitimam as construções e vocábulos da norma culta. Vale lembrar que estes instrumentos são percebidos a partir da imagem que os constroem como objetos detentores de poder, de verdade.

Em relação à Mídia, temos nela um importante meio de disseminação, estabilização e circulação dos sentidos da atualidade. Althusser estabeleceu a tríade entre as instituições Escola, Igreja e Estado como sendo de maior relevância para a manutenção da sociedade de sua época. Hoje, poderíamos também mencionar a Mídia como instituição de poder da sociedade atual.

Então, esses aparelhos atuam para manutenção do sistema a partir daquilo que Bourdieu chamou de violência simbólica, em instâncias não reconhecidas pelos dominados, ações são tomadas para que se mascare a perpetuação da hierarquia estipulada pelos dominantes. Assim como na alta costura, na sociedade atual a língua culta é hipervalorizada para manter os dominantes no poder. Porém, essa variante eleita para ser ensinada é apenas uma das variantes e não apenas a única que existe, fazendo alusão àquela variante que circula em ambientes formais, no registro oral ou escrito.

## **A MEMÓRIA DISCURSIVA E O APARELHO IDEOLÓGICO ESCOLAR**

Para Pêcheux (1999), a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações da paráfrase. Para a Análise do Discurso, o sujeito é um ser histórico, já que seus discursos são vistos como objeto de retomada de outros dizeres. Para Scherer (2005), a memória discursiva é sempre reconstruída na enunciação. Porém, a enunciação deve ser tomada não como advinda do locutor, mas como operações que regulam a retomada e a circulação do discurso.

Também a memória não é simples colagem ou montagem de eventos anteriores, mas se refere ao que pode deixar marcas que fazem ressurgir temporalidades passadas, e junto com discursos anteriores ao sujeito (que muitas vezes não são percebidos por ele), vêm os significados inscritos. Nesse sentido, a escola que é lugar de estabilização das imagens de



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

língua homogênea, quando instaura e repete discursos como “fulano está falando errado”, “tem que aprender gramática para aprender a escrever direito” ou “os estudantes sabem cada vez menos o Português”. Isso porque, ao distinguir o certo do errado, por exemplo, vão sendo instaurados juízos de valor a esta ou aquela variante linguística. Desse modo, as imagens apresentadas em torno do professor como detentor do conhecimento (científico e autorizado) são determinadas histórica e ideologicamente. São estas imagens responsáveis por estabilizar as relações de poder em sala de aula.

Ao longo de sua existência, as escolas foram instituindo práticas que se foram repetindo para fortalecer o imaginário der língua homogênea, que aos poucos foi se naturalizando e determinando os discursos dos sujeitos que a ela se filiam. O discurso pedagógico se apresenta como neutro, mas está longe de assumir a neutralidade que defende.

Se o que determina a produção de sentidos na linguagem é a relação com a história e a ideologia, e o que determina a posição do professor é a sua interpelação em sujeito pela ideologia, em relação com a história e a linguagem, então não há apenas uma *transmissão* do conhecimento, mas uma (*re*)*formulação* dele na sala de aula. O dizer do professor não é apenas um *canal* pelo qual o conhecimento é levado até o aluno. O conteúdo trabalhado em sala de aula é fruto de determinações histórico-ideológicas da Instituição escolar que o selecionou (e, portanto, censurou diversos outros), e que determina, pelo DP (discurso pedagógico) as formas pelas quais ele poderá ser formulado em sala de aula (Bolognini, Pfeiffer & Lagazzi, 2009, p. 13, grifo dos autores)

De acordo com as autoras, do mesmo modo como são definidas as formas pelas quais o conteúdo de Língua Portuguesa será ensinado, a linguagem formula uma versão do discurso dominante, segundo um discurso de dominação, que funciona em uma dada instituição. Desse modo, classes hegemônicas passam a representar a língua conforme seus interesses, o que lhes permite “acentuar as diferenças de classe e as distâncias em relação às demais classes, ou que se torna útil aos linguisticamente desparelhados, na medida em que refrata o fato de que uma mesma língua pode converter-se em muitas nas sociedades de classes.” (Zandwais, 2012, p. 179)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS





EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

A língua nacional torna-se homogênea devido aos fins políticos a que serve, sendo refratadas as condições concretas sob as quais ela funciona. Desse modo, haveremos de levar em consideração o fato de que um sujeito também é sujeito a partir do código que domina. De acordo com Zandwais (2012) se a “cartorialidade” do Estado transforma o plurilinguismo em monolinguismo, isso não ocorre sem consequências. O monolinguismo, assim, só pode ser representado a partir de uma língua escrita. Essa língua é abstrata, inacessível à maioria e inútil para os que são excluídos mais cedo da escola, o que ocasiona um crescimento cada vez maior de desaparelhados linguisticamente em nossa sociedade.

A partir dos imaginários de “solidez” com que a língua é representada, temos a normatização da língua oficial, padrão, baseada na língua culta, a que nem todos têm acesso, permitindo a reprodução das desigualdades. Em relação ao ensino de Língua Portuguesa, cada vez mais se convencionou reproduzir discursos que coincidam com a aprendizagem de uma língua irreal, sem nenhuma relação com a língua que falamos, com os jeitos de falar, com a vida e as formas de sociabilização e formas de interação dos sujeitos em situações de práticas de linguagem.

Sendo a língua produto da fala de todos os usuários, sua existência deve acompanhar, necessariamente, as mudanças culturais, sociais e históricas. É desse modo que para Bakhtin (2006) as palavras, enquanto signos ideológicos, não podem ser consideradas apenas reflexo ou pura representação da realidade material, mas sim como refração (ou refrações) dessa realidade. Aí temos a metáfora do espelho retorcido, quebrado.

Permeando as relações sociais, temos, portanto, uma ideologia oficial “relativamente estável” (Miotello, 2007) que se empenha em propagar a concepção de língua oficial “concreta” e outra ideologia, que reconhece a heterogeneidade da língua do cotidiano, maleável, que se transforma com o passar do tempo e de acordo com as necessidades de seus falantes. Nisso, temos a constatação de que a linguagem é histórica, social e fluida, pois se modifica com o tempo e altera-se de acordo com os indivíduos e grupos sociais que a empregam e não um conjunto de normas estabelecidas para manutenção das desigualdades em uma sociedade que insiste em ideologizar os sentidos autorizados sobre os conceitos de uma língua cada vez mais distante da realidade de muitos sujeitos inseridos nos processos de ensino-aprendizagem.



EDIÇÃO Nº 04 JULHO DE 2013  
ARTIGO RECEBIDO ATÉ 05/06/2013  
ARTIGO APROVADO ATÉ 30/06/2012

## REFERÊNCIAS:

- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado: notas para uma investigação. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 105-142.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 12ª edição. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BOLOGNINI, C. Z., PFEIFFER, C., LAGAZZI, Susi. (orgs.). *Discurso e ensino: Práticas de linguagem na escola*. Campinas: Mercado das Letras, 2009. (série Discurso e Ensino)
- BOURDIEU, P. Alta costura e alta cultura. In: BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983. p. 154-161.
- BOURDIEU, P. *Dossiê Pierre Bourdieu*. Cult- Revista Brasileira de Cultura. São Paulo: Editora Bregantini. n. 166. Ano 15. Março de 2012.p. 21-48.
- MIOTELLO, V. Ideologia. In BRAITH, Beth. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4a edição. São Paulo: Contexto, 2007.p. 167-176.
- MOITA LOPES, Luís Paulo (org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 1999.
- PECHEUX, M. O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.p. 143-166.
- PECHEUX, M. Papel da memória. In: ACHARD, P. et. al. (Org.). *Papel da memória*. Tradução e introdução de José Horta Nunes. Campinas: pontes, 1999. p. 49-57.
- SCHERER, A. E., TASCHETTO, T. R. *O papel da memória ou a memória do papel de Pêcheux para os estudos linguístico-discursivos*. In Revista estudos da lingua(gem). Vitória da Conquista n. 1, 2005.p. 119-123.
- ZANDWAIS, A. Subjetividade, sentido e linguagem: desconstruindo o mito da homogeneidade da língua. In: ZANDWAIS, A. (Org.). *História das ideias: diálogos entre linguagem, cultura e história*. Passo Fundo: Ed da UPF, 2012, p. 175-191.